Desigualdades e meritocracia

Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade
Giovanna Costa Coutinho
Alice Mariane Correia Barbosa

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UCB - UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA

Introdução

No livro Justiça: O que é fazer a coisa certa, Michael Sandel demonstra que a meritocracia pode gerar injustiças sociais, pois ressalta a soberba dos que ocupam posições altas e privilegiadas e, ao mesmo tempo, evidencia a vulnerabilidade dos mais pobres. Na visão da meritocracia, o sucesso seria resultado exclusivo do esforço individual, e quem não conseguiu vencer na vida seria responsável pelo seu próprio fracasso. Essa perspectiva está equivocada, pois ignora fatores como classe social, cor, origem familiar, gênero e até mesmo a sorte, que podem influenciar profundamente as oportunidades e limitações de cada pessoa.
Um exemplo claro pode ser observado na educação, em que estudantes de famílias com maior poder aquisitivo têm acesso a escolas particulares, laboratórios bem equipados, bibliotecas, reforço escolar, escolas com alta tecnologia, cursos extracurriculares e oportunidades maiores, como intercâmbios e atividades culturais.

Objetivo

Já estudantes de
regiões mais pobres enfrentam limitações estruturais desde a locomoção para chegar às escolas até a alimentação insuficiente, além de falta de recursos pedagógicos e tecnologia, dificultando para que todos tenham o mesmo desempenho, independentemente de seu esforço e classe social. Esses fatores refletem diretamente nas notas de exames nacionais, como o ENEM e o PAS,

Material e Métodos

que mostram uma grande
disparidade entre alunos de escolas públicas e privadas
Diante desse cenário, o Direito, por meio das normas estabelecidas na Constituição Federal de 1988, não deve se limitar a garantias formais, mas precisa efetivar as normas existentes e criar instrumentos capazes de promover a igualdade na realidade social. A

simples previsão de direitos iguais não é suficiente, pois a igualdade formal sem políticas de inclusão perpetua a exclusão social e educacional, especialmente em contextos historicamente desfavorecidos.

Resultados e Discussão

O Artigo 1º da Constituição estabelece que a República Federativa do Brasil tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político. Esses princípios reforçam a obrigação do Estado em buscar a promoção da igualdade e da justiça social, orientando a criação de políticas públicas que combatam as desigualdades estruturais e proporcionem condições equitativas de desenvolvimento para todos os cidadãos
Para tanto, são necessárias políticas públicas voltadas à correção das desigualdades, tanto sociais quanto educacionais. Exemplos dessas políticas incluem programas de cotas em universidades, bolsas de estudo, Prouni, FIES, incentivo à formação de professores, melhorias na infraestrutura escolar e inclusão de tecnologia e recursos pedagógicos em escolas públicas.

Conclusão

Essas ações contribuem para reduzir as desigualdades sociais e dar a estudantes de contextos vulneráveis oportunidades semelhantes às de alunos de classes mais altas.
Para que essas medidas sejam efetivas, é fundamental que haja comprometimento do Estado e investimento contínuo em educação, saúde, transporte e assistência social, garantindo que estudantes em situação de vulnerabilidade tenham acesso a alimentação adequada, transporte seguro, tecnologia, laboratórios, bibliotecas e atividades extracurriculares.

Referências

Somente com políticas estruturadas e contínuas será possível aproximar as oportunidades e reduzir as diferenças estruturais, tornando a meritocracia mais justa e alinhada com os princípios constitucionais de igualdade e dignidade da pessoa humana